



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMISSÃO DE INFORMÁTICA

Data: 27/11/2020

Hora: 10:00

Participação

Comissão de Informática

Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto (Presidente)

Diego Baptista Leitão – Secretário de Informática (Membro)

Convidados

Geraldo Neves Leite – Juiz Auxiliar da Presidência

Miguel Lucivaldo Alves Santos – Chefe de Gabinete da Presidência

David Jacob Bastos – Secretário Judiciário

Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração

Maria de Lourdes Carneiro Lobato – Secretária de Gestão de Pessoas

Claudia Sadeck Burlamaqui – Secretária de Engenharia

Sueli Lima Ramos Azevedo – Secretária de Planejamento

Alice viana soares monteiro – Analista Judiciária

Giliane Regina Magalhaes Nascimento – Assessora da Administração

Patricia do Socorro Campos Casseb – Analista Judiciária

PAUTA

1. Plano de Ação para a Central de Digitalização do 2º Grau

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte reuniu-se a Comissão de Informática com representantes da presidência do TJPB para deliberação e aprovação de um plano de ação para agilizar a digitalização de processos físicos no 2º grau pela central de digitalização.

O presidente da comissão, Desembargador Luiz Neto, ao dar início a reunião, concedeu a palavra ao Juiz auxiliar da Presidência, Dr. Geraldo Leite, este informou que a reunião trataria de formas para agilizar e destravar algumas pendencias quanto ao processo de



digitalização no 2º, evitando o atraso na expansão da implantação do PJe criminal no TJPA.

Informou que o Presidente do TJPA gostaria de digitalizar o maior número de processos para migrar do sistema Libra para o PJe, tanto dos gabinetes de desembargadores quanto das secretarias, UPJ cível e Criminal. Citou a portaria publicada recentemente que visa a descentralização da digitalização e acrescentou que além das centrais de digitalização já existentes, como a do 1º Grau e a do 2º, foram criadas as centrais de Ananindeua, Santarém, Parauapebas e a futura central de Marabá.

Indicou a criação pelo Presidente de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento dessas ações de digitalização no 2º grau, coordenada por ele, Dr. Geraldo Leite, com o Sr. Miguel Santos como subcoordenador, Alice Viana como coordenadora executiva e os coordenadores operacionais do 2º grau e do 1º grau, David Jacob e Patrícia Casseb, respectivamente.

O Secretário Judiciário, Sr. David Bastos, informou que a central de digitalização do 2º grau já faz o trabalho ordinário atribuído pela resolução nº 07/2018-TJPA, fazendo o envio e recebimento de todos os processos do poder judiciário paraense aos tribunais superiores de justiça e Supremo Tribunal Federal, além de fazer a digitalização de processos cíveis e penais que tenham necessidade de diligência nas comarcas do interior.

Continua informando que como atribuição extraordinária passaria a digitalizar os processos que entrarem para o 2º grau, ações. Medidas pré-processuais, cautelares, inquéritos, etc. Para isso identificou-se a necessidade de reestruturação da central, que atualmente conta com 04 scanners de grande porte, sendo 03 adquiridos em 2013 e estando com uma vida útil bastante prologada e 01 adquirido em 2018. Possui ainda alguns scanners de pequeno porte que são pouco utilizados pela baixa produtividade. Possui como força de trabalho 9 educandos do programa Começar de novo, mais 02 servidores, sr. Paulo Vitor e o Sr Jorge que se apresentará na próxima segunda.

Ressaltou ainda a necessidade de expansão do espaço físico, de mobílias, maquinário para cumprir a nova demanda.

A central consolidou os dados enviados pela secretaria e por 06 gabinetes de desembargadores, totalizando o acervo a ser digitalizado seria de aproximadamente 4.600 processos, ao incluir os demais desembargadores pode chegar a média aproximada de 10.000 processos a serem digitalizados.

O Presidente da Comissão, Desembargador Luiz neto pediu para que fosse sintetizado as ações que cada secretaria deveria atuar para ajudar a apoiar a demanda.

Sr. Davi Bastos solicitou o aumento o espaço de armazenamento de arquivos de 500 Mb para 1000 Mb, ampliação do espaço físico, adicionar mais mesas e armário, adicionar mais 02 scanners de grande porte, sugerindo que enviasse 02 scanners oriundos do



convenio com PGE-PA para a central de 1º grau e remanejasse 02 antigos da central do 1º grau para a de 2º, precisaria de mais 02 computadores e mais 06 reeducandos.

Desembargador Luiz Neto solicitou que as secretarias verificassem a possibilidade de atendimento das demandas necessárias para conseguir atender a digitalização almejada pela presidência, caso alguma demanda não possa ser atendida na sua plenitude que seja apresentada solução de contorno.